



6

MIRIAM LIFCHITZ MOREIRA LEITE

História das mulheres

Já é possível falar de uma História das Mulheres, que percorreu e se deteve em várias fases e compreende produções de maior ou menor peso. Como continuam sendo elaborados artigos, comunicações, revistas e livros referentes às diferentes fases, o resultado é um quadro extremamente heterogêneo dessa produção.

A heterogeneidade não se refere apenas à postura teórica dos trabalhos. Refere-se ao objeto de pesquisa, às abordagens críticas ou descritivas, às influências predominantes da bibliografia de língua francesa ou de língua inglesa. Mas refere-se, ainda, a sua integração em Programas Acadêmicos, que coincide ou se contrapõe a uma militância feminista.

Como ocorre com quase todos os objetos “novos” de estudo, a história das mulheres passa por diversos níveis de abordagem, que concorrem para atropelar ou dificultar os estudos interdisciplinares sobre a mulher. Inicialmente, estes procuraram lhe dar uma visibilidade que lhe era negada, através dos mitos de neutralidade e de universalidade do gênero masculino. Mesmo nos casos de re-

MIRIAM LIFCHITZ MOREIRA LEITE é pesquisadora do Centro de Apoio à Pesquisa em História e autora de, entre outros, *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura* (Ed. Ática) e *Condição Feminina no Século XIX* (Edusp).

NA OUTRA PÁGINA, UM CASO EXEMPLAR DE REBELDIA FEMININA: MARIA LACERDA DE MOURA (1887-1945)

censeamentos e dados estatísticos, uma primeira etapa dos estudos históricos teve de se deter na verificação do que as fontes primárias e secundárias deformavam nas análises, dissolvendo em generalizações as situações em que a mulher aparecia e atuava.

Os estudos históricos foram mais lentos que os psicológicos, sociológicos e antropológicos, na contribuição para os estudos sobre a mulher. Um apego e uma confiança positivista no documento oficial, onde a mulher só aparecia quando se exacerbava nas virtudes consagradas ou quando transgredia as regras do “bem viver”, estabelecidas para o desempenho de seu papel biológico, respondem por essa lentidão.

Ocultar ou negligenciar uma parte da população estudada deformava em muitos casos a compreensão que se tinha dos conflitos e das contradições entre os gêneros. Tratada como minoria dominada, a mulher foi rejeitada em suas diferenças - impostas pela natureza -, que levaram a uma misoginia latente. Como explicitaram Varikas e Lowy (1992, p. 211) a mulher “representa a natureza numa civilização onde a glória está na opressão desta última (tornando-se) o substrato de uma subordinação sem fim”.

A história das mulheres usufruiu e contribuiu para as transformações da História Nova, que alterou o conceito de documentação, diversificou os objetos de estudo e trouxe à tona a vida privada e a vida cotidiana de cidades e aldeias, como focos de interesse historiográfico. As produções culturais anônimas, impessoais, universais ou locais, através de aspectos do canto e da dança, das lendas, dos refrãos, das anedotas, das superstições, das tradições e dos hinos religiosos, que se alteram e se transmitem de uma geração para outra, revelaram-se fontes inestimáveis de recuperação da história das mulheres ao expor emoções e o imaginário ligados a sua presença e atuação.

A escrita da mulher aproxima-se do saber e da memória popular; ao transpor a oralidade para o papel, ela registra a sua vivência e os padrões masculinos incorporados. Sabe-se que a leitura, a escrita e a educação formal foram longamente vedadas às mulheres, o que dá maior importância às palavras da escritora espanhola contemporânea, Carmen Martín Gaité: “Viver é poder dispor da palavra, recuperá-la; quando se detém seu fluxo, interrom-

pendo-se a vida, se instala a morte”.

Os estudos literários, após 1970, têm contribuído com novas fontes históricas, onde é possível encontrar elementos e condições para um conhecimento mais profundo das relações de gênero, incorporando a crítica feminista interessada na mulher leitora, na mulher escritora e nas relações sociais que perpassam o processo histórico, após identificar as deformações decorrentes da crítica masculina.

A leitura racional e reflexiva das fontes da história social vem revelando as armadilhas da visão masculina, o mascaramento da verdade e leva a uma busca da compreensão convincente geral, sem colocar a mulher como o oposto do homem, numa relação especular, nem fazer uma homogeneização de todas as mulheres, numa categoria monolítica *mulher*. A busca das diferenças de gênero completa a pesquisa das diferenças das camadas sociais e aproveita, da antropologia, o conceito de descrição densa da configuração cultural.

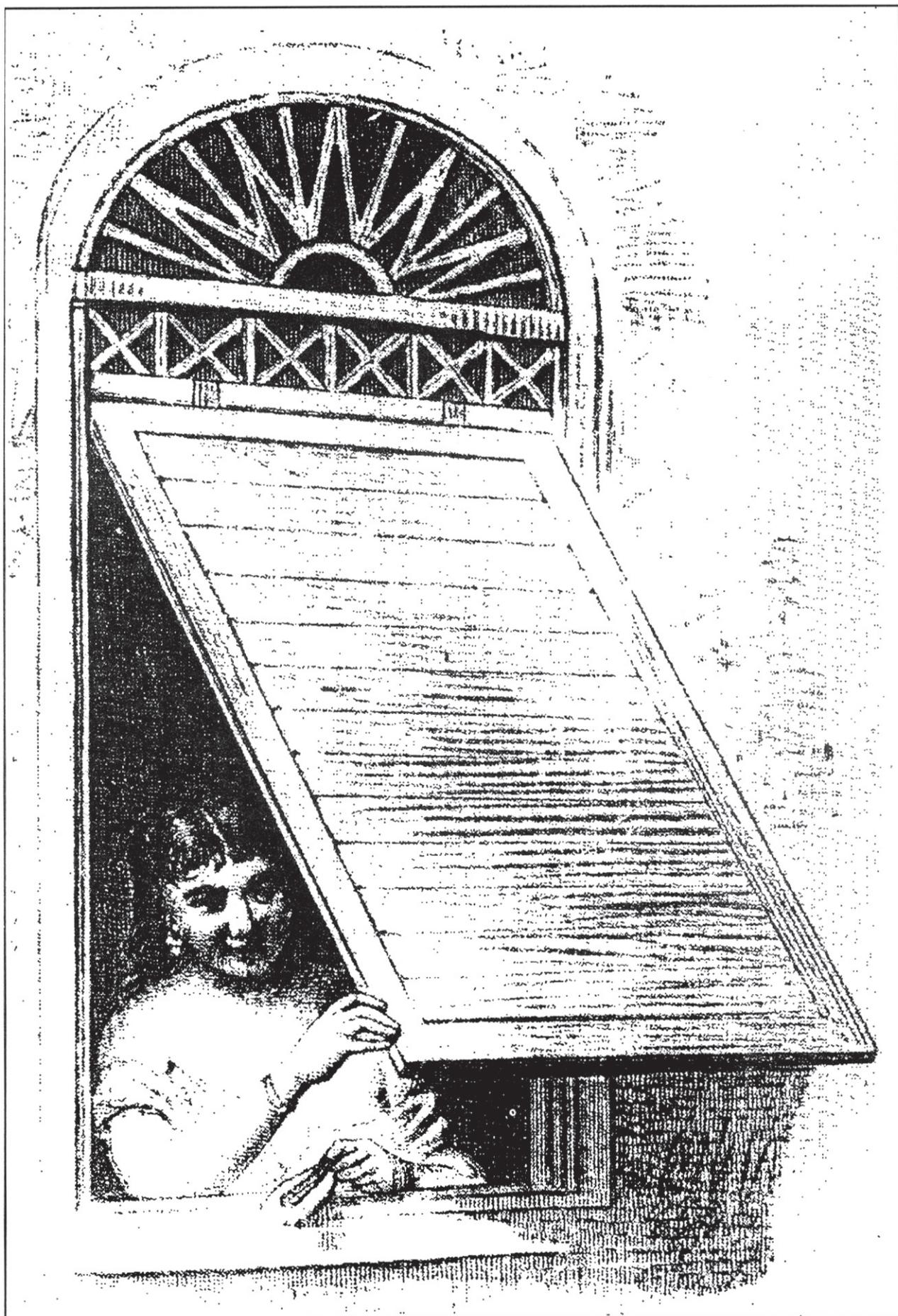
Passou-se, então, de dúvidas quanto à legitimidade de uma história de mulheres, título de um artigo mais citado que lido de Michelle Perrot (1984), a discussões de questões pertinentes à pesquisa e à integração nos currículos universitários.

Um problema dessa integração é verificar a contribuição da história das mulheres à história geral. Discute-se a transformação que é capaz de trazer para o campo histórico e os instrumentos conceituais e metodológicos que se prestam a seu desenvolvimento.

Após ter visibilizado as mulheres, através de um crescente interesse, tanto pelos métodos de pesquisa, quanto pela interpretação do sentido, é possível verificar a existência de uma vontade consciente de construir categorias de análise a partir de experiências femininas.

Dentro da história social começou-se a dar às mulheres a posição de agentes históricos, a partir de suas atuações nas camadas sociais, no grupo familiar e nas culturas.

Mesmo assim, como aponta Joan Scott (1988), os campos conceituais continuam a ignorar as diferenças de gênero, relegando-as a subprodutos das forças econômicas e da categoria de classe e subestimando os sentidos de gênero na cultura e na ideologia política. A história social pressupõe uma es-





ESCOLA NORMAL
EM QUE ESTUDOU
MARIA LACERDA
DE MOURA

treita relação entre posições estruturais, interesses sociais e forma de consciência, que ocultam a oposição entre a realidade e a consciência. Assim

“desde o começo (a história das mulheres) ligou seu projeto a uma crítica de seus pressupostos, para estar sempre consciente das tensões que atravessam o trabalho e lhe dão o caráter sempre inacabado, sempre aberto a esclarecimentos, perspectivas e interrogações, não só a outras verificações, mas sobretudo a tensões entre a narração cronológica, com seus efeitos de causalidade implícita e vazios de explicações; entre a continuidade da descrição e a descontinuidade dos dados e índices, entre fatos descobertos e sua reconstituição criadora, entre a tentativa de explicação racional e a parte do imprevisto na história; entre a preocupação de expor seus pressupostos e a aspiração de honestidade científica”.

Cabe acrescentar a essa explanação compreensiva de Eleni Varikas, em seu balanço do desacordo entre Tilly e Scott (1991), a proposta integradora de Michelle Perrot, recusando o reconhecimento de um domínio isolado para as mulheres e sua não-integração nas reflexões históricas gerais. O reconhecimento é lento e hesitante. Em parte, a história das mulheres continua

como um campo suplementar. O movimento de mulheres da década de 70, com americanas e inglesas na dianteira, propôs a problemática das mulheres. Hoje, se tem clareza sobre a historicidade da história, que contribui para o desdobramento dos processos de recuperação da verdade, entre o presente e o passado. E, acrescentando às contribuições do método biográfico e às técnicas de história oral, Pierre Nora introduziu a ego-história, como tomada de consciência de que a história que cada um faz é tributária de sua própria história e da relação que teve com a sua época.

Esse percurso da história das mulheres pode ser acompanhado através das introduções e publicações das organizadoras do Programa de Pesquisas de Mulher e Relações de Gênero da Fundação Carlos Chagas. Iniciando suas atividades em seguida ao Ano Internacional da Mulher (1975), coordenaram uma *Bibliografia Anotada Mulher Brasileira*, que vem sendo utilizada como obra de referência. Através de um Programa de Doações de Bolsas Anuais, desde 1978, vêm estimulando os trabalhos interdisciplinares no território nacional, muitos dos quais dão origem a teses acadêmicas.

Apesar do movimento de mulheres de 1970 ter contado com grande porcentagem de universitárias, nem todas se interessaram pelos estudos sobre a mulher e, de forma semelhante, as universidades não os assimilaram a seus programas de estudo.

Existem dissertações de mestrado e teses de doutorado e livre-docência em diversos departamentos, das diferentes universidades, mas cursos semestrais são optativos e aparecem só na pós-graduação.

Os trabalhos das feministas militantes avançam mais que os estudos sobre a mulher. Os conselhos da Condição Feminina, as delegacias da Mulher, os serviços de saúde especializados têm se difundido e oficializado. Quanto aos trabalhos acadêmicos, muitos trabalhos sobre a mulher deslizam para áreas correlatas, aproveitando as brechas e contornando a hierarquia de gêneros que se estabelece entre as ciências.

É o caso da demografia histórica, que se apóia no prestígio do método quantitativo para estudar relações de gênero e de idade, enquanto a história social funciona como um leque para estudos da documentação sobre a vida cotidiana no Brasil Colonial e do poder do Estado e da Igreja sobre o corpo feminino.

Ainda que em outro nível, continua a haver interdições no desenvolvimento dessa área do conhecimento, através da hierarquização de assuntos. As áreas mais respeitadas são as masculinas, mesmo dentro das ciências humanas.

Espalhadas pelo Brasil, mas concentrando-se no eixo São Paulo e Rio, existem assessoras da Fundação Carlos Chagas desenvolvendo projetos acadêmicos ou militantes. Um encontro delas incluindo as pioneiras desses estudos produziu um volume de perspectivas sobre a *Questão de Gênero*, que foi publicado em 1992. Consta de uma série de balanços e

propostas nas diversas áreas em que se desenvolveram os estudos sobre a mulher.

Particpei dos trabalhos com a *Bibliografia Anotada Mulher Brasileira*, como assessora de História. No transcorrer do trabalho, iniciado em 1976, encontrei uma autora silenciada, que transformei num caso exemplar de rebeldia: Maria Lacerda de Moura (1887-1945), em minha tese de doutorado, em 1983.

Fui bolsista da Fundação Carlos Chagas em 1978 com um projeto de *Antologia Crítica dos Viajantes Estrangeiros* que estiveram no Rio de Janeiro, no século XIX. O levantamento e análise dos livros de 153 viajantes forneceram um corpo documental importante sobre as mulheres encontradas no Brasil. Contudo, o inesperado foi o encontro de 17 mulheres-viajantes, cujos livros foram fundamentais para o conhecimento da condição da mulher escritora.

O trabalho de análise de documentação a que me aplico no Centro de Apoio à Pesquisa em História vem se beneficiando desse trânsito pelo estudo histórico da mulher que vem se ampliando, atualmente, com contribuições da teoria literária.

A partir de 1990 têm sido criados Núcleos de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero que, em São Paulo, estão ligados à reitoria da Universidade de São Paulo e congregam doutoras dos diferentes institutos da universidade, funcionando como centro de coleta, distribuição de informação sobre cursos e pesquisas em andamento e aprofundamento teórico à análise das desigualdades de gênero e de suas articulações com desigualdades de classe e raça.

BIBLIOGRAFIA

- AGULHON, Maurice et alii. *Ensaio de Ego-História*. Trad. Ana Cristina Cunha. Rio de Janeiro, Edições 70, 1989.
- BARROSO, Carmen e COSTA, Albertina de Oliveira (orgs.). *Mulher, Mulheres*. São Paulo, Cortez-Fundação Carlos Chagas, 1989.
- BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História - Novas Perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Rebeldia e Submissão (Estudos sobre a Condição Feminina)*. São Paulo, Vértice-Editora Revista dos Tribunais, Fundação Carlos Chagas, 1989.
- . *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.
- COSTA, Albertina de Oliveira e BLAY, Eva A. *Gênero e Universidade*. São Paulo, Nemge-USP, 1992.
- Le Genre de l'Histoire, in *Les Cahiers du Grif*. Paris, Éditions Tierce, 1988, 37/38.
- VARIKAS, Eleni. "Genre, Experience et Subjectivité (A Propos du Disaccord Tilly-Scott)", artigo de 1991.
- e LOWY, Michel. "A Crítica do Progresso em Adomo", in *Lua Nova* nº 27, 1992, pp. 201-15. Trad. Regis Castro Andrade.